

IMPOSTO SOBRE MENOS

*FHC anuncia mudanças no pacote fiscal.
IR terá aumento menor para assalariados,
mas será maior para grandes investidores*

Denise Rothenburg, Flávio Ilha
e João Pitella Jr.

Da equipe do **Correio**
com agências

O governo recuou diante da pressão do PFL e decidiu amenizar o aumento do Imposto de Renda sobre os assalariados. A perda de receita com o pacote fiscal será compensada com uma taxa maior sobre as aplicações financeiras. O anúncio das mudanças, que confirmam informações publicadas ontem pelo **Correio Braziliense**, foi feito pelo presidente Fernando Henrique, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Os 2,7 milhões de brasileiros que têm renda líquida mensal de até R\$ 1.800 ficam livres do aumento de 10% do Imposto de Renda. Para cerca de um milhão de contribuintes acima dessa faixa de renda continua valendo o aumento de 10% do imposto devido a partir de janeiro, o que equivale a aumentar a alíquota de 25% para 27,5%. Um trabalhador que receba R\$ 1.801 líquidos, vai pagar mais R\$ 13,52 de imposto. Não haverá modificação nas regras da caderneta de poupança, que continua isenta. "A poupança não será tocada", afirmou o presidente.

Como o governo não abre mão da meta de arrecadar R\$ 20 bilhões com o pacote, haverá uma compensação: o que deixar de ser arrecadado com o imposto dos assalariados será substituído pelo aumento da carga tributária sobre os investimentos em renda fixa. As aplicações em CDB e em fundos de renda fixa, tributadas hoje em 15%, passarão a pagar 22% de imposto imediatamente, e 20% a partir de 1999, como adiantou ao **Correio** o deputado Roberto Brant (PSDB-MG), relator da medida provisória (MP) de aumento do imposto. Ele

vai preparar um novo texto para a MP — chamado tecnicamente de projeto de conversão. Para fazer as mudanças no pacote fiscal, Fernando Henrique exigiu que o projeto seja aprovado até quarta-feira.

"Não recuamos. Onde houver perda de arrecadação, haverá compensação. Na quarta-feira, vocês já poderão fazer as contas e constatar que os R\$ 20 bilhões que vamos arrecadar com o ajuste fiscal continuarão sendo R\$ 20 bilhões", resumiu o presidente, refutando a interpretação de que o governo teria perdido a "queda-de-braço" com o PFL. Desde o anúncio do pacote, no dia 8, o partido se opôs ao aumento do Imposto de Renda. "O nosso braço-de-ferro é com os especuladores, e não com o Congresso", disse o presidente.

Segundo Fernando Henrique, o pacote fica "aperfeiçoado" ao livrar "os mais pobres" do aumento do imposto. Quando uma repórter lembrou que os aplicadores em renda fixa gostariam de saber de quanto será, exatamente, o aumento da tributação sobre os seus fundos, Fernando Henrique foi enfático: "Não estou preocupado com isso. Os que mais podem devem pagar mais. Fique tranquila, pois eles mesmos vão fazer as contas, vão perguntar nos bancos e vão acabar sabendo quanto vão pagar". Ele disse, ainda, que o aumento da tributação sobre a renda fixa não vai afetar os investimentos estrangeiros no Brasil.

VITÓRIAS

O aumento de R\$ 18 para R\$ 90 na taxa de embarque nas viagens ao exterior também será revisto, "para tornar a medida mais adequada aos objetivos do ajuste fiscal e evitar que haja perda de turistas", segundo Fernando Henrique. Mas ainda é cedo para os turistas brasileiros comemorarem. Embora o

IMPOSTO DE RENDA		
COMO É	COMO QUERIA O GOVERNO	COMO FICARÁ
Contribuintes com renda até R\$ 900 são isentos do Imposto de Renda. Acima dessa faixa e até R\$ 1.800 mensais, o imposto é de 15%, menos a parcela a deduzir de R\$ 135. Para um salário líquido de R\$ 1.000 mensais, o desconto na fonte é de R\$ 15. Acima de R\$ 1.800, a alíquota passa a ser de 25% menos a parcela a deduzir de R\$ 315. Assim, um salário líquido de R\$ 2.000 paga R\$ 185 na fonte. Na declaração anual, o contribuinte pode abater livremente gastos com saúde, R\$ 1.080 anuais por cada dependente e R\$ 1.700 anuais com gastos em educação.	O aumento de 10% incidiria igualmente sobre as duas faixas de renda, calculado sobre o imposto devido. Assim, aquele assalariado que paga R\$ 15 na fonte todo o mês passaria a pagar R\$ 16,5. A mesma coisa valeria para a alíquota de 25%: o desconto na fonte para quem ganha R\$ 2.000 líquidos passaria a ser de R\$ 203,5. Na declaração anual, a MP preservou o desconto ilimitado com saúde e os abatimentos por dependente (R\$ 1.080 por pessoa) e educação (R\$ 1.700 no total).	O aumento de 10% não vale mais para a faixa de salários entre R\$ 900,01 e R\$ 1.800, que continuará pagando a alíquota de 15%. Apenas os salários acima dessa faixa pagarão mais 10% de imposto. Para o salário líquido de R\$ 2.000 ficam valendo os R\$ 203,5. Um salário líquido de R\$ 5.000 pagará R\$ 1.028,5 (num aumento de R\$ 93,5 em relação ao imposto atual), enquanto uma renda mensal de R\$ 10.000 líquidos terá IR na fonte de R\$ 2.403,5 (mais R\$ 218,5 sobre o IR atual). Os gastos com saúde, educação e dependentes não mudam.
OUTRAS MUDANÇAS NA MP		
RENDA FIXA As aplicações nos fundos de renda fixa ou CDB terão aumento de Imposto de Renda no resgate ou na declaração anual. A taxa, que hoje é de 15%, passará a ser de 20%. Em 1998, excepcionalmente, o IR dessas aplicações será de 22%, para compensar o aumento menor no Imposto de Renda das pessoas físicas. A caderneta de poupança continua isenta.	capital. Os investimentos das empresas nessa área não pagarão Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	dos descontos a 4% do imposto devido.
IPI O governo voltou atrás na taxa em 5% das compras de máquinas e equipamentos, os chamados bens de	TAXA DE EMBARQUE Haverá uma revisão na taxa de embarque dos vôos internacionais, que subiria de US\$ 18 para US\$ 90. A nova taxa ainda está em estudo no Ministério do Planejamento.	INCENTIVOS REGIONAIS Os incentivos regionais serão reduzidos progressivamente, até sua eliminação. O corte de 50% promovido pela MP em todos incentivos será revisto. A tendência mais forte é que o corte fique limitado a 20% no primeiro ano.
	INCENTIVOS SETORIAIS Incentivos fiscais à cultura, alimentação e transporte do trabalhador permanecem como estão. O governo queria reduzir os dois últimos à metade e limitar o total	ZONA FRANCA DE MANAUS Haverá mudanças também na Zona Franca de Manaus, que perderia metade de seus incentivos fiscais para a instalação de novos projetos, mas o governo ainda não anunciou quais.

presidente não tenha entrado em detalhes é provável que apenas os estrangeiros que visitam o Brasil fiquem livres desse aumento.

Já os artistas, que passaram a semana fazendo lobby no Congresso e na Esplanada dos Ministérios, podem celebrar uma vitória. O presidente assegurou que será estudada uma fórmula para que os incentivos à cultura não sejam afetados pelo pacote. "Mas sempre dentro da linha de que todos os setores da sociedade têm que dar uma contribuição", ressaltou.

O lobby da Zona Franca de Manaus (ZFM) também saiu vitorioso.

O corte nos financiamentos de novos projetos de investimento na área será revisto. Em vez de cortar 50% agora, como estava determinado antes pelo pacote, o governo vai estudar um percentual "mais adequado". Os incentivos serão reduzidos gradativamente, e a longo prazo. "Toda a região amazônica se uniu em torno dessa reivindicação, a começar pelo governador Amazonino Mendes e pelo deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM). O governo não poderia ficar insensível", explicou Fernando Henrique. A volta da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para a compra de má-

quinas e equipamentos foi confirmada pelo presidente.

ESFORÇO

Fernando Henrique começou tenso a entrevista, que durou 35 minutos. Chegou a gaguejar, e se empenhou a todo momento para demonstrar que não estava recuando nem havia sido derrotado pelas pressões dos aliados. Tanto que fez questão de agradecer ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (o principal adversário do aumento do Imposto de Renda), pelo êxito do governo nas votações das reformas constitucionais e das MPs do pacote nas

duas últimas semanas. O presidente frisou que assumiu pessoalmente as negociações com o Congresso para modificar o pacote de ajuste fiscal. Só depois dessa introdução, começou a falar sobre as mudanças nas medidas econômicas.

O tom ufanista não foi esquecido: "O Brasil todo está vendo a luz no fim do túnel. Não acredito no pessimismo, não acredito em recessão". O presidente garantiu, também, que não está preocupado com índices de popularidade, mas deixou escapar um comentário sobre o ano da campanha pela reeleição: "Estamos com 1998 muito mais sob controle, de todos os pontos de vista".

Acostumado a falar de improviso ou a usar o *tele-prompter* (recurso que permite ler o texto olhando para a câmera), o presidente mostrou certo desconforto quando precisou abaixar a cabeça e ler os papéis que traziam o resumo do discurso. Só recuperou a habitual segurança ao responder às perguntas dos jornalistas. Mas sua assessora de imprensa, Ana Tavares, a todo momento fazia discretos sinais para que ele encerrasse a entrevista. Como não foi obedecida, resolveu ser mais explícita: saiu da sala e abriu a porta (fora do alcance das câmeras) para que o presidente saísse. Mesmo assim, ele continuou a conversa, e ainda agradeceu aos repórteres: "Vocês não imaginam o prazer que me fazem".

Quando citava dados técnicos, Fernando Henrique se certificava olhando para o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que, assim como o seu porta-voz, embaixador Sérgio Amâral, o acompanharam na entrevista.

Os líderes da bancada governista no Congresso, os deputados Luís Eduardo Magalhães e Geddel Vieira Lima (PFL-BA), e os senadores Elcio Álvares (PFL-ES) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), também receberam agradecimentos pelo empenho na aprovação das reformas, assim como as bancadas do PFL, PMDB, PSDB, PPB e PTB, que compõem a base de apoio do Planalto.